

Parlamentaristas admitem derrota

Cardoso acusa Sarney de cortar diálogo para manter o sistema

GIVALDO BARBOSA



Maciel deixa o Planalto: dia de muita armação

LEONARDO MOTA

Por linhas tortas

São Paulo — O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, alega hoje que sua convicção de manter em seu parecer o sistema de governo do parlamentarismo foi uma opção que serviu melhor ao regime da transição, que está tendo de esgotar argumentos para manter o "status quo" que prevalece desde o fim do Império. Caso contrário, se tivesse cedido aos que desejavam incluir de saída o presidencialismo, entende que a ruptura política e institucional seria irreversível e não daria margem a negociações devido ao estado de ânimo da Constituinte pela devolução das prerrogativas ao poder Legislativo.

O relator, por linhas tortas, teria chegado ao termo certo de equilíbrio, convalidando a tendência pró-parlamentarista do presidente da Comissão, o senador Afonso Arinos de Melo Franco. Este, após a curta e malograda experiência como chanceler do governo Jânio Quadros — durante o qual intermediou a crise do navio português Santa Maria — deixou de ser presidencialista exatamente quando expirou a experiência janiata.

Com João Goulart, Arinos foi um dos artífices da manobra parlamentarista, mas logo se desencantou com os desvios que o então presidente introduziu no velho regime. Por falta de cultura e experiência parlamentar, Jango passou a construir possessivamente o parlamentarismo, quando teria sido o regime capaz de salvá-lo do golpe militar uma vez que, pelo jogo das combinações políticas, poderia ter exercido o poder civil através do rodízio entre os grupos.

O presidente Sarney, antigo parlamentarista por convicção, mergulha agora na defesa do presidencialismo para salvar as aparências da transição. Por ter a cultura política e a experiência parlamentar que faltavam a Jango, provavelmente pode estar cometendo um erro de escolha ao preferir o presidencialismo que lhe jogará nos braços da força. Mas o relator Cabral, examinando o problema pela ótica apenas de sua responsabilidade de relator, entende que pode contribuir com o poder civil ao inscrever no seu primeiro e certamente no segundo substitutivo o regime parlamentar: se o Governo for capaz de derrubá-lo na Comissão de Sistematização ou no plenário da Constituinte, terá legitimado a transição, obtendo respaldo contra a força.

INQUIETAÇÕES ECONÔMICAS

Não seria um bom negócio para o Governo abrir um segundo flanco de crise, na área econômica, enquanto persiste indefinido o sistema de governo, mas em São Paulo crescem os indícios de que o presidente Sarney não poderá vencer o impasse institucional enquanto perdurar o quadro de incertezas na área econômica. O ministro Bresser Pereira é tido como um professor honesto, probo e capaz, mas sem carisma para empolgar o próprio PMDB. O partido, por isso, o abandona. O PFL não lhe dá guarida, os credores o execram, e o Presidente o evita.

GOLBERY NO FINAL

Com tristeza para os amigos que o visitam, o ex-ministro Golbery do Couto e Silva chega às últimas em São Paulo. Um último aviso: "cuidado com o parlamentarismo". Para ele, tem cheiro de pólvora no ar. Golbery entende de pólvora. Tanto que nunca se conformou com o Riocentro.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, atribuiu ao Governo a responsabilidade direta pelo insucesso na tentativa de acordo em torno da forma de governo, lembrando que o presidente José Sarney cortou inteiramente os canais de comunicação com o principal partido que lhe dá sustentação, não tendo qualquer contacto seja com Ulysses Guimarães, com ele próprio ou o líder Luis Henrique.

Cardoso qualificou de arbitrário e imperial o sistema presidencial proposto na emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), acusando-a de dotar o Executivo de muitos poderes, enquanto deixa o Parlamento em condição frágil ("à emenda Theodoro Mendes, é melhor voltarmos ao regime militar"). O líder do PMDB no Senado acha que Sarney "parte para o passo arriscado, podendo repetir o episódio da convenção do PMDB.

CONFRONTO

O senador paulista ressaltou a postura do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna que, embora não expressamente autorizado pelo Palácio do Planalto, mostrou-se receptivo ao entendimento, mantendo conversações com ele, Fernando Henrique, e o senador José Fogaça, e o deputado Egídio Ferreira Lima sexta-feira, sábado e domingo da semana passa-

da e segunda-feira última.

— Ele fez algumas ponderações sobre a emenda Nelson Carneiro, encarecendo a necessidade de não se deixar o Presidente sem poderes, o que considero legítimo. Por isso, demos ao Presidente a condição de árbitro de Governo. Não de chefe de Governo, mas de Chefe de Estado — disse.

Fernando Henrique e o líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique, acreditam que o Governo terá condições de garantir a aprovação do presidencialismo na Comissão de Sistematização, mesmo porque a maioria dos parlamentaristas do PFL já advertiram que, em caso de confronto, votarão com o Palácio ou com o presidencialismo.

Assim, dos 10 votos do PFL, os oemedebeistas só contam com dois votos certos para o parlamentarismo — os do senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, e da deputada Sandra Cavalcante, ambos do Rio de Janeiro. Todos os outros deverão ser cooptados pelo trabalho de alijamento que o Governo já executa.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Eulides Scalco, também tem esta visão. Atualmente, acredita que os parlamentaristas têm 52 votos, mas admite a perda de 8 dos 10 votos do PFL e não sabe se conseguirá manter os dois votos do PTB (os do líder

da bancada, Gastone Righi e do deputado Joaquim Bevilacqua).

PFL

A pressão do Governo para que os constituintes do PFL votem a favor do presidencialismo, exercida principalmente pelo líder José Lourenço (BA), está provocando grave divisão no Partido. Há um grupo disposto a reagir se forem retirados da Comissão os principais líderes parlamentaristas.

O senador Carlos Chiarelli (RS), líder do PFL no Senado, anunciou ontem que se o Partido fechar questão em torno do presidencialismo, ele renunciará a seu cargo na Comissão de Sistematização mas em hipótese alguma votará contra o parlamentarismo. Chiarelli reunirá na próxima semana a bancada do Senado, cuja maioria é parlamentarista, para discutir a matéria.

A reação dos constituintes do PFL aumentou com a informação de que até mesmo o senador Afonso Arinos (RJ), presidente da Comissão de Sistematização, estaria ameaçado porque vem liderando a corrente parlamentarista. Outra informação foi de que o PFL usará, se necessário, levantamento feito há meses em sua bancada, que deu grande maioria ao presidencialismo, para forçar este posicionamento. Esses comentários não foram, porém, confirmados.

Sarney e Maciel têm estratégia

A estratégia de negociação do sistema de governo foi montada ontem pelo presidente José Sarney e o senador Marco Maciel, presidente do PFL, durante uma conversa de quase duas horas. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em outro encontro, tentou convencer o deputado Cid Carvalho (PMDB/MA) a apoiar o governo, mas não obteve sucesso. O parlamentar deixou o Palácio do Planalto lamentando porque o "documento dos parlamentaristas não aqueceu o coração do Presidente", afirmou.

O senador Maciel demonstrava tranqüilidade, argumentando que não havia oressa para formalizar logo o acordo, porque o prazo vai até a noite da sexta-feira. O parlamentar acredita que é possível convencer os parlamentaristas a

aceitarem a proposta do presidente Sarney, que defende um presidencialismo moderno com o Parlamento forte, dando ao Congresso Nacional poderes de legislar sobre matéria financeira.

NEGOCIAÇÕES

Ontem foi um dia de intensas negociações no quarto andar do Palácio do Planalto, no Gabinete Civil, quando o ministro Ronaldo Costa Couto — apesar de uma agenda esvaçada — recebeu extra-agenda, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral — entre outros políticos — que entrou e saiu pelo elevador privativo e assim evitou o assédio da imprensa.

Além de Cabral, Costa Couto conversou, longamente, com o deputado Theodoro Mendes (PMDB-

SP) autor da emenda que proíbe o sistema presidencialista e restabelece as prerrogativas do Congresso Nacional, — a preferida do Palácio do Planalto — com o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o líder do PFL na Câmara José Lourenço (que também optaram pelo elevador privativo), o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), e o Presidente do PFL, senador Marco Maciel.

Enquanto prosseguia o entra-e-sai de políticos no Gabinete Civil, multiplicavam-se os pedidos de entrevista com o ministro Ronaldo Costa Couto que preferiu ignorá-los, como vem fazendo nos últimos dias. Assessores justificaram a atitude: "O ministro não pode falar, o segredo é a alma do negócio".

Richa espera boa vontade do Planalto

"Nós colocamos a bola na marca do pênalti, com o gol vazio, e o presidente Sarney só não faz o gol se não quiser". Com esta frase, o senador José Richa (PMDB-PR), que ontem defendeu a implantação imediata do parlamentarismo, referiu-se ao documento divulgado na última terça-feira pelos partidários deste sistema. Segundo Richa, "tem que vir um gesto de boa vontade do Palácio do Planalto", pois os parlamentaristas deixaram em aberto as questões do mandato, do prazo de transição e da forma de implantação do novo sistema. O senador disse acreditar que até hoje será feito um entendimento em torno do tema, e acha que Sarney deve se engajar "nesse grande pacto político e dizer o que quer".

Ari Cunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Luta de regiões na Constituinte

Como todos os partidos brasileiros defendem os mesmos princípios, e só o PT tem filosofia definida, os deputados agora resolveram se unir em grupos, e não mais através das siglas que representam.

A esperteza do deputado Albérico Cordeiro fez com que arregimentasse, em companhia de outros colegas, uma boa parte do Congresso, perfazendo 292 representantes, num conglomerado forte e disposto a muita luta.

Com isto, os representantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste defendem melhor distribuição de rendas do Governo nas regiões menos desenvolvidas, para que se promova a equidade no País.

Naturalmente que o Sul e Sudeste não encaram com bons olhos essa iniciativa e procuram demover o deputado Bernardo Cabral de suas intenções quanto às mudanças na distribuição do Imposto de Renda e do IPI. Mesmo sendo magnânimo, o deputado Cabral poderá, ainda, ver reformulada sua posição, para dar maior apoio às regiões pobres do País. E é neste sentido que as forças regionais estão lutando.

Até agora, este é o primeiro assunto de grande importância para a Constituinte, embora continue a discussão sobre parlamentarismo, que tem gasto muita tinta e muito papel, mas não diz nada com respeito à vontade popular.

São filigranas de mando, que não interessam ao povo, nem de longe.

MARAJÁS — Está levantando muita poeira este caso dos marajás, com a imprensa querendo saber quem ganha muito em todos os estados. Acontece que todos eles conseguiram altos vencimentos através de decisões judiciais. No caso, o que se deve mudar é a lei, e não determinar a punição a quem esteve atento e procurou seus direitos na Justiça.

UDR — Embora esteja ganhando terreno em todos os estados a UDR não se sente satisfeita no Distrito Federal. E que há criadores que não representam o consenso da maioria, querendo disputar vantagens, sem dar prestígio à instituição. Pode haver rompimento a qualquer instante no setor.

PRODUÇÃO — O setor de brinquedos não está mais aceitando encomendas até dezembro próximo, porque a demanda tem sido grande demais e as fábricas não têm condições de atender a todas as solicitações. Esta informação desmente os mais pessimistas, que pretendem alegar falta de emprego e excesso de produção.

PARALELO — De repente, o dólar no paralelo disparou, e surpreendeu a todos. E que o National Bank of New York anunciou sua falência e muitas mesas de dólar existentes no Brasil tinham conta naquele estabelecimento. Como o governo americano respeitará os depósitos em pequenas quantias, os que remetem dinheiro para o estrangeiro "por cabo" tiveram, às pressas, que procurar dólar até nas fronteiras, para atender aos compromissos.

INDIO — Cidade tem que ter cultura, e por isto o Museu do Índio é uma necessidade para Brasília. O local é que vai prejudicar uma área muito bonita. Talvez a arquitetura de Niemeyer dê mais beleza às mangueiras, mas não se corte-as vai ser boa coisa.